

Já fez sua inscrição para a comemoração ao Dia da Mulher? Ainda dá tempo!

Atenção, ASSOCIADO! Segunda-feira (8/3) está chegando e você tem um compromisso com a ANFIP. A partir das 15 horas será realizada a live comemorativa ao Dia Internacional da Mulher. Tudo está sendo preparado com muito carinho para que você tenha um momento de descontração.

Teremos sorteios de brindes durante a programação. Já fez sua inscrição? Se ainda não fez, corra que ainda dá tempo! Acesse o link eventos.anfip.org.br e garanta sua participação. O seu número chegará por e-mail. Anote, pois você pode ser sorteado.

Serão sorteados cinco vale compras no valor de R\$ 1.000 cada, dois smartphones, duas smart TVs e dois notebooks. Cinco sorteios serão exclusivamente para as mulheres inscritas. Mas, atenção, **TODOS PODEM PARTICIPAR** dos demais.

Então, anote na agenda! Dia 8 de março, nos vemos em mais um encontro virtual. A live será no Youtube e Facebook da ANFIP, a partir das 15 horas.

O link da transmissão do Youtube já está ativo, clique [AQUI](#). Compartilhe!! Esperamos você!!



08/03
DAS 15H ÀS 17H

INSCREVA-SE
PARA CONCORRER AOS PRÊMIOS

LIVE COMEMORATIVA AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

MULHERES QUE FIZERAM E FAZEM HISTÓRIA

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Transmissão ao vivo pelos canais da ANFIP no Youtube e Facebook

Políticas públicas é tema do próximo debate da Live – Série ANFIP

A próxima Live – Série ANFIP já tem data marcada! **Dia 10/3**, quarta-feira, o tema **Políticas Públicas** entra na pauta de debates para levar à sociedade informações fundamentais sobre as ações e decisões governamentais que influenciam diretamente a vida dos cidadãos.

A transmissão é feita no Youtube e Facebook da ANFIP e da Agência Servidores, às **10 horas**.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, recebem:

- **José Celso Pereira Cardoso Júnior** – Presidente da Afipea (Associação Nacional dos Servidores do Ipea)
- **Maria Lúcia Fattorelli** – Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
- **Marcus Peixoto** – Presidente da Alesfe (Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal)



LIVE Série ANFIP

Políticas Públicas

10/3-Quarta-10h

f You Tube /anfip /agenciaservidores

– **Valdir Moysés Simão** – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, ex-ministro de Planejamento, ex-ministro da CGU e ex-presidente do INSS

Senado aprova PEC 186/19 e texto vai para Câmara
PÁGINA 2

Entidades avaliam organização do FIT 2021
PÁGINA 4

ANFIP agora é conveniada da Cooperforte
PÁGINA 5

Senado aprova PEC 186/19; texto segue para análise da Câmara

Como vocês puderam acompanhar ao longo da semana, a ANFIP permaneceu mobilizada para evitar que a PEC 186/19, ao aprovar o auxílio emergencial necessário para parcela da população, trouxesse em seu bojo medidas que afetassem os servidores públicos.

Ainda que o esforço da ANFIP, e de várias entidades trabalhando em conjunto, tenha sido amplo, o Senado aprovou “gatilhos” que passam a ser permanentes, e não restritos à pandemia de covid-19, e inicia um processo que pode evoluir para a paralisação do serviço público.

Para a Receita Federal do Brasil, o texto trouxe prejuízos ainda maiores: o fim da destinação de recursos para o aprimoramento da arrecadação e fiscalização, como o Fundaf (Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização). Com o fim a vinculação, a RFB fica condicionada ao orçamento do Tesouro.

A matéria segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados. Lembrando que o governo tem pressa na aprovação do texto, se utilizando da urgência da liberação do auxílio emergencial. Diante disso, alterações na Câmara são remotas, uma vez que isso implicaria o retorno do texto para nova deliberação do Senado Federal.

Confira os pontos da PEC que afetam o serviço público:

- Na esfera federal, todas as vezes em que a relação entre as despesas obrigatórias sujeitas ao teto de gastos e as despesas totais superar 95%, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público deverão vedar aumento de salário para o funcionalismo, realização de

concursos públicos, criação de cargos e despesas obrigatórias, concessão de benefícios e incentivos tributários e lançamento de linhas de financiamento ou renegociação de dívidas.

- No texto original, ao determinar estado de calamidade pública, o governo não poderia conceder aumento de salários aos servidores por dois anos. Com o texto aprovado, a proibição vale somente durante o período de estado de calamidade.

- A partir da promulgação da PEC Emergencial, a Constituição passará a contar com um regime orçamentário excepcional para situações de calamidade pública -como é o caso da pandemia. Segundo o texto, durante a vigência do estado de calamidade, a União deve adotar regras extraordinárias de política fiscal e financeira e de contratações para atender às necessidades do país, mas somente quando a urgência for incompatível com o regime regular.

- As proposições legislativas e os atos do Executivo com propósito exclusivo de enfrentar a calamidade e suas consequências sociais e econômicas ficam dispensados de observar várias limitações legais, desde que não impliquem despesa obrigatória de caráter continuado. O regime extraordinário também permitirá a adoção de contratação simplificada de pessoal, em caráter temporário e emergencial, e de obras, serviços e compras.

- A PEC também muda regras para vinculação de receitas, liberando fatias do Orçamento que hoje são destinadas exclusivamente a certas áreas. Atualmente, a Constituição proíbe a vinculação de receitas tributárias, com algumas exceções. A proposta mexe nessa estrutura, estendendo a proibição

para todos os tipos de receita e expandindo as exceções. Uma ressalva que desaparece é a que permite a vinculação de receitas para serviços de administração tributária — dessa forma, essa vinculação passa a ser proibida.

- Apesar de proibir a vinculação de receitas para serviços de administração tributária, uma série de fundos federais são incluídos entre as ressalvas e poderão manter receitas orçamentárias reservadas para eles: Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), Fundo Nacional Antidrogas (Funad), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal.

- Originalmente, a PEC Emergencial previa outras medidas imediatas de redução de despesas para compensar o pagamento do ajuste emergencial, como o fim da vinculação orçamentária mínima para a educação e a saúde e a redução salarial de servidores públicos. Esses dispositivos causaram polêmica entre os senadores e foram removidos pelo relator, senador Marcio Bittar (MDB/AC).

- A PEC também traz a previsão de diminuir incentivos e benefícios tributários existentes. Segundo o texto, o presidente da República deverá apresentar, em até seis meses após a promulgação da emenda constitucional, um plano de redução gradual desse tipo de benefício. São feitas exceções a programas como o Simples, o subsídio a produtos da cesta básica e a Zona Franca de Manaus.

Com informações da Agência Senado.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Aguzzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arnaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional



www.facebook.com/anfip.nacional



www.twitter.com/anfipnacional



www.youtube.com/anfipoficial

DETALHES E OUTRAS INFORMAÇÕES: WWW.ANFIP.ORG.BR

Nota de repúdio

A ANFIP vem reiterando diariamente contrariedade ao conteúdo da PEC 186/19 (PEC Emergencial) que, sob o manto da cobertura das necessidades de parcela da sociedade com o auxílio-emergencial, empurra para o abismo o serviço público, seus servidores e iniciativas básicas, fundamentais e essenciais, como saúde e educação. Isso acontece, pois, para viabilizar o equilíbrio fiscal pretendido, a proposta ataca diretamente a remuneração dos servidores, congelando, reduzindo e impedindo a reposição de pessoal na administração pública, como encerra a obrigatoriedade de o governo investir percentuais mínimos em saúde e educação, uma conquista garantida na Constituição.

Essa obrigatoriedade está prevista no artigo 167, IV, o mesmo que destina receitas para a realização de atividades da administração tributária. O senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC Emergencial, diante de fortes pressões, apresentou terça-feira (2/3), um novo relatório à PEC 186/19, em forma de substitutivo, mantendo os pisos orçamentários para educação e saúde, que seriam extintos pela versão anterior, porém deixou de fora o Fundo Especial de

Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), que destina recursos para o aprimoramento da arrecadação e fiscalização, atingindo diretamente a administração tributária.

A PEC foi aprovada em dois turnos no Senado Federal e segue para análise da Câmara dos Deputados. A ANFIP está envidando todos os esforços para que o texto seja alterado antes de deliberado pelo Plenário. Ao mesmo tempo, repudia as iniciativas que enfraqueçam o órgão responsável não só pela arrecadação e fiscalização tributária, como também pelo combate à sonegação, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e de armas e que, com Auditores Fiscais altamente capacitados, fazem o controle aduaneiro nas fronteiras do país.

Este é um dos momentos mais delicados pelos quais passa a carreira e a ANFIP lamenta que o massacre e a falta de reconhecimento partam da estrutura que deveria resguardar a atividade da fiscalização federal.

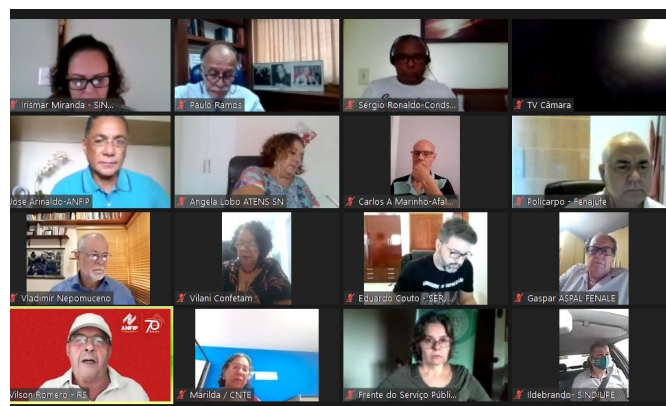
ANFIP destaca necessidade de diálogo com parlamentares

Em reunião da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, realizada na segunda-feira (1º/3), as entidades participantes, entre elas a ANFIP, discutiram as PECs 186/19 (Emergencial) e 32/20 (Reforma Administrativa), para estabelecer estratégias de defesa do serviço público. O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, coordenou o encontro, que contou com a participação do assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

Também estiveram presentes os deputados federais, integrantes da Frente, Rogério Correia (PT/MG) e Paulo Ramos (PDT/RJ).

Na oportunidade, Vilson Romero alertou que é fundamental que todos se organizem por estado, e façam um mapeamento do comportamento dos parlamentares para compreender qual é o posicionamento deles em relação às PECs, para, a partir disso, iniciar uma interlocução. “Acho que temos que buscar, no mínimo, condição de diálogo com deputados e senadores, pois serão eles que votarão as medidas que podem atingir o serviço público como um todo. Nós temos que nos unir e só nos resta, de fato, fazer um trabalho parlamentar de base”, destacou.

Durante o encontro, Vladimir Nepomuceno, consultor



político, apresentou um panorama dos trabalhos no Congresso, e os dirigentes presentes expuseram as iniciativas de cada entidade.

Devido à grande movimentação de projetos prejudiciais ao serviço público em andamento no Congresso Nacional, as reuniões da Frente, que antes ocorriam a cada 15 dias, passam a ser semanais para que o grupo acompanhe de perto o cenário e estabeleça ações de enfrentamento.

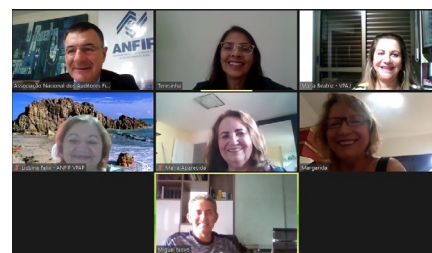
Comissão dá continuidade à elaboração do Código de Ética

A Comissão do Código de Ética da ANFIP se reuniu, de forma virtual, na quarta-feira (3/3), para dar continuidade à elaboração do documento que estabelece valores e direciona as ações dos integrantes da Entidade.

Durante o encontro, os participantes analisaram minuciosamente a redação do documento e avaliaram as sugestões de aprimoramento do texto propostas por membros dos Conselhos Executivo e de Representantes. Os trabalhos estão em andamento com o objetivo de estabelecer

um Código que contenha os direitos e deveres que devem ser praticados e a definição de regras para aplicação de penalidades no caso de descumprimento das normas estabelecidas.

Estiveram presentes no encontro, pelo Conselho Executivo, os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas). Pelo Conselho de



Representantes, Miguel Arcanjo Simas Nôvo (AM). Participaram também, a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo, e a associada Teresinha Fernandes Meziat, que coordena o trabalho.

Representantes do Fisco se reúnem com deputado Celso Sabino



Entidades representativas do Fisco que integram o Pacto de Brasília, reuniram-se, na segunda-feira (1º/3), com o deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA), para apresentar propostas em defesa dos Fiscos do Brasil, no âmbito da Reforma Tributária. Pela ANFIP, participaram do encontro virtual o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

No encontro, que contou com a presença do ex-deputado federal Luiz Carlos Hauly (PR), autor da PEC 110/2019 (Reforma Tributária), as entidades destacaram que um dos principais objetivos do grupo é a inclusão dos artigos 162 e 117, que abordam, respectivamente, a autonomia da administração tributária e a regulamentação dos integrantes das administrações municipais, no texto constitucional.

Ao se pronunciar, Celso Sabino reiterou o compromisso com as carreiras do Fisco e frisou que a autonomia administrativa, financeira, orçamentária precisa ser reconhecida, mantida e aumentada. O parlamentar, que também é relator da subcomissão da Reforma Tributária, apresentou ainda um breve histórico sobre

o posicionamento do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o clima da Reforma na Casa. O deputado informou que Lira está absolutamente motivado a discutir a pauta, com o mínimo possível de alterações, ainda no primeiro semestre de 2021.

O grupo deliberou o encaminhamento de um ofício, assinado pelos representantes e por Celso Sabino, ao relator da matéria, deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), comunicando a relevância das propostas para o fortalecimento das administrações tributárias. O Pacto de Brasília tem promovido diversos encontros com a mesma pauta para mobilizar os parlamentares em prol da causa.

Entidades avaliam organização do FIT 2021 diante do cenário pandêmico

A pandemia da Covid-19 trouxe novos desafios para a realização do 2º Fórum Internacional Tributário da América Latina (FIT 2021), previsto para acontecer em setembro deste ano, na cidade de São Paulo. Para discutir o atual cenário, os integrantes das entidades organizadoras – ANFIP, Fenafisco e Sinafresp – se reuniram na quinta-feira (4/3), por meio de videoconferência.

Pela ANFIP, participaram os vice-presidentes Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais); o coordenador do Conselho de Representantes, Genésio Denardi; e a presidente da Fundação ANFIP, Margarida Lopes de Araújo.

Os dirigentes apresentaram as preocupações na continuidade da organização do evento e decidiram reavaliar a situação sanitária do país em junho. A ideia, inicialmente, é que, havendo condições seguras e uma redução do quadro pandêmico, o Fórum aconteça

de forma híbrida, ou seja, uma parte presencial e a outra virtual.

Caso os números da Covid-19 não sinalizem uma redução nos próximos dois meses, as entidades concordam em manter o FIT 2021 apenas virtual, visando a maior segurança dos participantes e dos palestrantes.

O grupo entende que, independente do modelo adotado, virtual ou híbrido, a mudança não tira a grandiosidade de um evento que reúne representantes de toda a América Latina.

Sobre o FIT - A 1ª edição do Fórum Internacional Tributário da América Latina foi realizada em 2018, também em São Paulo, e foi resultado do movimento Reforma Tributária Solidária: Menos Desigualdade, Mais Brasil. Naquela ocasião, o evento reuniu mais de quarenta especialistas, de 14 países, para elaborar uma profunda análise do sistema tributário brasileiro e trouxe ao debate propostas para tornar o modelo tributário mais solidário.

ANFIP do Futuro discute projeto de unificação de mensalidades

A Comissão ANFIP do Futuro se reuniu, na quinta-feira (4/3), para discutir o projeto piloto de unificação das inscrições e das mensalidades da Entidade. O encontro foi coordenado pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller.

Durante a reunião, os participantes deliberaram a contratação de um profissional para realização de uma análise atuarial que viabilize a verificação de todos os possíveis resultados da implantação do projeto, embasando futuras decisões. O grupo

se reunirá novamente, em data ainda a definir, para apresentar as demandas ao profissional selecionado.

Em seguida, foram abordados tópicos relacionados ao terceiro subgrupo de trabalho, que trata da otimização das questões administrativas que influenciam o orçamento da Entidade.

A Comissão é formada por integrantes do Conselho Executivo, do Conselho de Representantes e por associados. Após debatidos e aprimorados pela Comissão, os projetos do grupo serão apresentados novamente

aos conselhos da Entidade e, caso aprovados, serão instituídos.

Também acompanharam a reunião, pela ANFIP, os vice-presidentes João Alves Moreira (Administração, Cadastro e Tecnologia da Informação) e Carlos Alberto de Souza (Planejamento e Controle Orçamentário); pelas Estaduais, os presidentes Carlos José de Castro (GO), Genésio Denardi (SP) e Leila Signorelli (RJ), além do vice-presidente Floriano José Martins (SC), e das associadas Ercília Leitão Bernardo (CE) e Léa Pereira de Mattos (DF).

BENEFÍCIOS

Está pensando em investir? Ou precisando de crédito? Agora a ANFIP é conveniada da COOPERFORTE

A ANFIP tem uma excelente notícia para seus associados, agora a Entidade é conveniada da COOPERFORTE, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo de Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais. Isso quer dizer que todos os associados podem se associar também à Cooperforte e contratar os serviços cooperativistas oferecidos, entre eles as linhas de crédito e de investimentos, com taxas diferenciadas em relação ao mercado e atendimento 100% digital.

Para quem quer crédito, a Cooperforte oferece soluções financeiras para ajudar a cobrir gastos pessoais ou financiar projetos, com taxas a partir de 0,79% ao mês, em até 72 meses e carência de até 3 meses para pagar a primeira parcela, além de limites pré-aprovados. Conheça os produtos de crédito [AQUI](#).

Já para quem quer investir, a Cooperativa tem opções interessantes. As linhas de investimento em depósitos a prazo, com segurança e remuneração diferenciada. Nos últimos 12 meses, a estimativa de

rentabilidade do RDC-p (aplicações a partir de R\$ 50 mil) atingiu 2,61%, equivalente a 110,70% do CDI do mesmo período. O RDC-i (aplicações a partir de R\$ 200,00) acumulou rentabilidade de 2,43% no mesmo período, equivalente a 103% do CDI.

E a Cooperforte tem novidades! O mais novo produto de investimento em renda fixa: a LETRA FINANCEIRA DA COOPERFORTE (LFC) traz mais rentabilidade, para aplicações a partir de R\$ 100.000,00, com prazo de aplicação de 24 meses e resgate apenas ao final do contrato: LFC-pré, com taxa pré-fixada de 5,50% ao ano; e LFC-pós-cdi, com taxa pós-fixada de CDI + 0,90% ao ano. Conheça todos os produtos de investimentos [AQUI](#).

Associe-se! É simples e seguro, basta acessar o APP COOPERFORTE, disponível nas lojas Apple Store e Google Play, encaminhar a documentação necessária (cópia do RG ou CNH, do comprovante de renda e de documento que comprove o vínculo com a entidade), que pode ser enviada pelo próprio APP, e integralizar a



cota de capital de R\$ 50,00, com pagamento por cartão de crédito ou boleto bancário.

E ainda tem mais diferenciais para você! Ao realizar operações nos primeiros seis meses de adesão, o associado recebe 2 mil pontos Nivelos, ao indicar parentes e amigos, enquadrados no público-alvo, para fazer parte da Cooperativa, o associado também recebe 2 mil pontos Nivelos, a cada associação efetivada. Saiba mais [AQUI](#). A Cooperforte oferece ainda [clube de compras](#) e [convênios educacionais](#).

Visite a página da Cooperforte [AQUI](#) e conheça este novo benefício que só os associados da ANFIP têm.

Plano Unimed/ANFIP: Carência Zero está de volta! Peça agora a sua adesão

Ter plano de saúde é ter mais segurança e tranquilidade para a vida, especialmente neste momento de pandemia. Pensando nisso, a ANFIP e a Benevix, administradora do plano de saúde Unimed Vitória, a fim de oferecer mais vantagens aos associados, estenderam a campanha Carência ZERO para novas adesões. Isso mesmo! Agora você pode solicitar seu plano até dia 1º de abril.

São três opções de plano, com a

vantagem de ainda contar com plano odontológico sem custo adicional. Estão disponíveis mensalidades a partir de R\$ 244,64 (plano Premium Nacional), para a faixa etária de 0 a 18 anos, com acomodação enfermagem. Ressalta-se que a promoção tem apenas três exceções, nos casos de partos, internações e cirurgias.

Clientes Unimed contam com mais de 110 mil médicos ativos, 106 hospitais

próprios e 11 hospitais dia, além de pronto-atendimentos, laboratórios, ambulâncias e hospitais credenciados para garantir qualidade na assistência médica, hospitalar e de diagnóstico complementar oferecidos.

Não perca tempo! Entre em contato com a central de vendas no telefone 0800 591 0534 ou no site da Benevix ([AQUI](#)) e solicite uma proposta. Confira [AQUI](#) todos os detalhes para adesão.

Aproveite as ofertas poderosas da Chevrolet para o mês da mulher!

A nova tabela de descontos, válida para todo o mês de março, já está disponível na página da ANFIP. Por meio da parceria da ANFIP com o Programa Amigos Chevrolet, você

pode adquirir o seu veículo 0Km com valores imperdíveis.

A oferta também é válida para seus parentes de 1º grau (pais, filhos e cônjuge). Não perca essa chance de economizar!

Unimed/Benevix: Boletos passam a ser enviados exclusivamente por e-mail

Associado ANFIP, confira abaixo o comunicado da Benevix sobre a adoção do Boleto Digital, a partir de março de 2021. Aqueles que não tiverem acesso à internet devem entrar em contato com a ANFIP e informar essa situação.

Leia as orientações a seguir:

Preocupada com a natureza e atenuada com a inovação digital, a BENEVIX vem adotando diversas práticas para reduzir os impactos ao meio-ambiente.

Assim, reforçando nosso COMPROMISSO COM O MEIO

AMBIENTE, a BENEVIX informa que **a partir do mês de março/2021** os boletos relativos aos planos de seus beneficiários passarão a ser enviados exclusivamente por e-mail.

Portanto, os beneficiários deixarão de receber seu boleto impresso (pela via postal), mas poderão acessá-los a qualquer tempo, das seguintes formas:

– Por meio do Portal BENEVIX (cliente.benevix.com.br/cliente/login), mediante acesso via login e senha;

– Por meio de nossa página Boleto Fácil (cliente.benevix.com.br/boletos), digitando apenas o CPF do titular;

– Por meio da Central de Atendimento 0800 606 7272, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h;

– Via WhatsApp (27) 99953-6441, com o apoio do Benê, atendente virtual.

Atenção - Prezando pela segurança e dos dados dos beneficiários, todos os boletos serão enviados exclusivamente do e-mail envio@benevix.com.br, que deverá ser adicionado à lista de remetentes confiáveis, para evitar o direcionamento para Spam/Lixo Eletrônico.

Associados de Brasília podem agendar consultas na Preodonto

A clínica Preodonto, conveniada da ANFIP que oferece atendimento em Brasília, conta com profissionais especializados nas áreas de estética, harmonização facial, dentística

restauradora, periodontia, endodontia e odontopediatria. Mais do que transmitir alegria, um belo sorriso é sinônimo de uma vida saudável e muito mais feliz.

Na Preodonto, os associados contam

com condições especiais de pagamento. Os telefones para agendamento são: (61) 3345-1042 ou 98401-4634 (WhatsApp). Confira este e outros convênios na plataforma de benefícios: anfip.temvantagens.com.br.

ANFIP recebe visita do economista Raul Velloso



O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, receberam na terça-feira (2/3), na sede da ANFIP, o economista Raul Velloso, presidente do Fórum Nacional Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae).

Na oportunidade, conversaram sobre conjuntura econômica e, especialmente, sobre a Previdência

pública, foco dos estudos de Velloso, que é do Banco do Brasil e atuou durante muitos anos no governo. O tema será abordado em eventos do Fórum, motivo pelo qual a ANFIP foi convidada para contribuir com os debates. “Vivi em uma época [no Ministério do Planejamento] em que tínhamos metas de crescimento da economia. Meu foco é crescimento e

investimento, removendo os obstáculos que impedem o cumprimento deste objetivo. A gente vê a falta que investimento faz”, disse Velloso.

Décio Lopes enfatizou que a “causa de tudo é a falta de investimento”. Conforme definiu o presidente: “investimento gera emprego, emprego gera renda, renda gera consumo, consumo gera produção e produção gera investimento. Isso é sinônimo de crescimento econômico. O problema é que não temos planejamento para investimento”. Conforme explicou o presidente, prova disso é que o governo concede renúncias fiscais sem avaliar as consequências e isso agrava a crise fiscal.

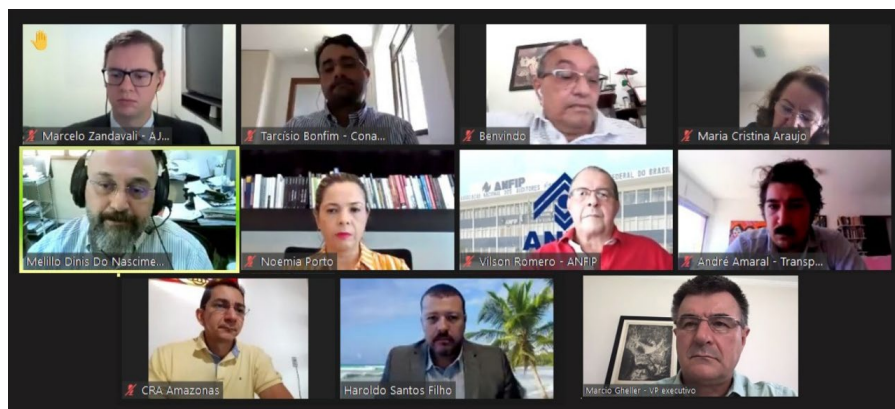
Sobre o evento, Velloso explicou que será realizado em março e, caso seja do interesse da ANFIP, abrirá um painel para aprofundar os debates sobre a Previdência pública, especialmente dos estados e municípios.

ANFIP critica PEC da Imunidade parlamentar em reunião do MCCE

A ANFIP, representada pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, participou da reunião extraordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), na quarta-feira (3/3), em conjunto com os representantes das demais entidades que integram o movimento.

O encontro foi coordenado pelo diretor do MCCE, Melillo Dinis. Na pauta, foram abordadas questões acerca da PEC 3/2021 (PEC da Imunidade Parlamentar) e da Lei Complementar 135/2010 (Ficha Limpa), que vem sendo discutida no Grupo de Trabalho da Reforma da Legislação Eleitoral da Câmara dos Deputados.

O diretor do MCCE, Haroldo Santos Filho, alertou que, de 2020 até o momento, há movimentos muito consolidados com o objetivo de retirar conquistas da sociedade como um todo. “Estou falando de um retorno do financiamento privado,



de dificuldade de prender parlamentares e aumento da impunidade em todos os aspectos. Não podemos deixar que eles achem que o caminho está livre sem nenhum tipo de resistência”, frisou.

Em sua fala, Vilson Romero destacou que o envolvimento da sociedade no debate sobre mudanças político-eleitorais ou tentativas de burlar a Lei da Ficha Limpa deve ser compromisso de todos os cidadãos. “A ANFIP se insere nesse debate dentro do MCCE no momento em que a atual direção da

Câmara dos Deputados tenta aprovar um famigerado projeto que traz imunidade plena a parlamentares, atentando contra a cidadania e blindando os eleitos contra tudo e contra todos”, afirmou.

O grupo deliberou a criação de um subgrupo de trabalho, que reúna a contribuição das entidades que integram o Movimento, para a organização de ações conjuntas coordenadas em prol da manutenção das conquistas democráticas que o país já obteve e que serão afetadas caso a PEC 3/2021 seja aprovada.

ANFIP e advogados analisam medidas de resolução de conflitos judiciais

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, receberam na quarta-feira (3/3), na sede da Associação, em Brasília, os advogados Lili Cruz e José Elias Gabriel Melo, para analisar o papel da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal. O órgão é responsável por conduzir procedimentos administrativos de conciliação dentro da estrutura da Advocacia-Geral da União (AGU).

Na ocasião, os advogados, que também são professores em instituições de ensino superior, informaram que estão trabalhando em um grupo com ideia de autocomposição, que consiste em um método de resolução de conflitos.

Outra informação prestada por Lili Cruz e José Elias Melo é que existem Tribunais de Justiça nos estados que estão criando a figura do mediador para atuar nos processos com propostas de conciliação e mediação. A ideia central, segundo eles, é evitar a cultura do litígio, substituindo pela cultura do diálogo.

Ainda sobre o processo de mediação e conciliação, foi esclarecido na reunião que, do ponto de vista processual, quando houver direitos disponíveis, é possível formalizar termos de acordo e encaminhar para o magistrado responsável pela ação.

Neste sentido, a ANFIP, desde o ano passado, tem buscado



vias administrativas de negociação para viabilizar acordos a fim de que os associados possam usufruir de seus direitos.

Os advogados Lili Cruz e José Elias Melo se colocaram à disposição para, na próxima reunião do Conselho Executivo da ANFIP, apresentarem um vídeo expondo seus pontos de vista sobre o tema ou, ainda, participarem virtualmente de uma conversa com os conselheiros.

Livro Comunicação-não violenta - Visando aprimorar as estratégias de negociação, a ANFIP adquiriu dois exemplares do livro Comunicação-não violenta: técnica para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais, de Marshall Rosenberg. As obras já se encontram na Biblioteca da Associação, estando disponível para consulta.

ESTADUAIS

Vice-presidente Executivo visita ANFIP-PR

O vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, visitou na segunda-feira (1º/3) a sede da ANFIP-PR, Estadual do Paraná, oportunidade em que foi recebido pelo presidente Josemar Jorge Cecatto Santos, a vice-presidente Maruchia Mialik, e o ex-conselheiro Ary Leal da Silva, que chegou recentemente dos Estados Unidos, onde foi vacinado contra a Covid-19.

Os dirigentes conversaram sobre as eleições da Estadual, a obtenção do comprovante de renda na Decipex para a declaração do Imposto de Renda 2021, assuntos jurídicos e administrativos.

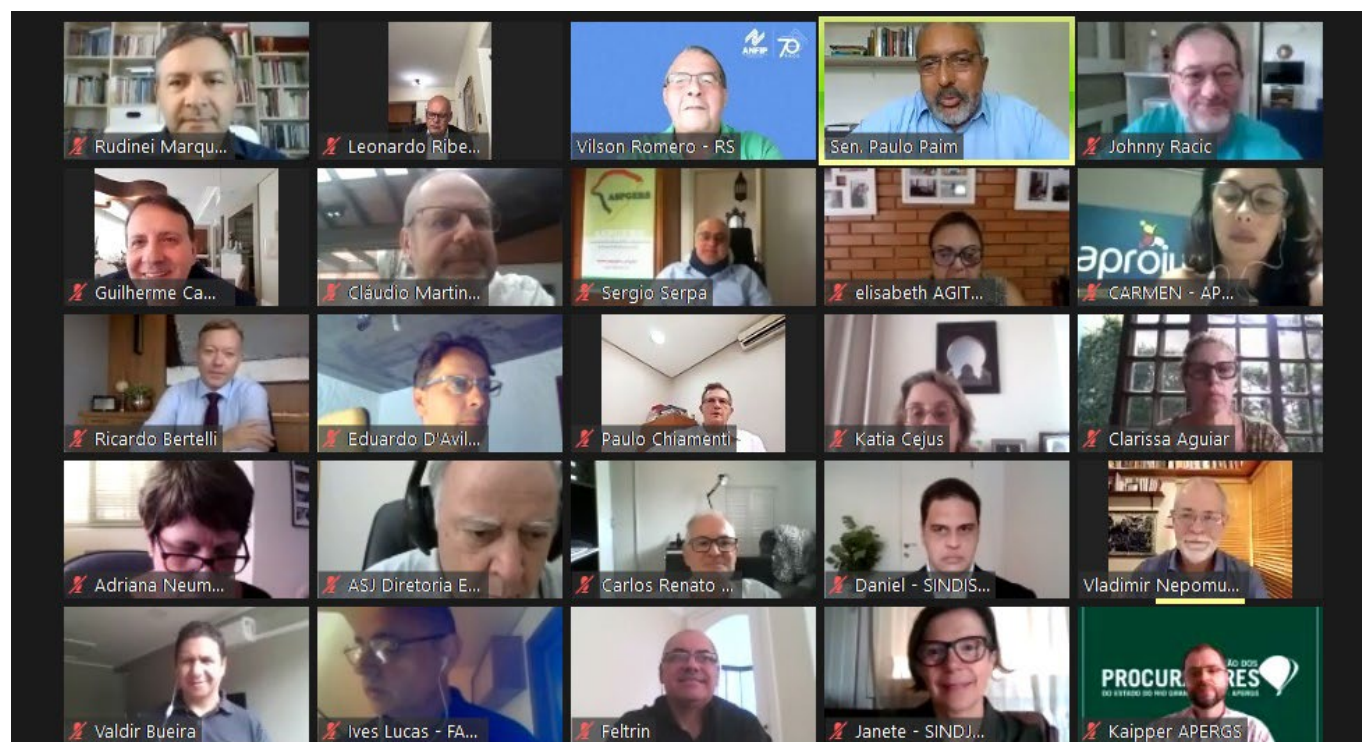
ANFIP-CE prepara pedido de restituição de contribuição

A ANFIP-CE, Estadual do Ceará, está desenvolvendo ação junto aos associados que receberam algum precatório nos últimos cinco anos, no sentido de preparar o pedido administrativo de restituição da contribuição previdenciária, tendo em vista a não incidência da contribuição previdenciária do servidor público sobre a parcela referente aos juros de mora em precatório.

O referido pedido é dirigido à Receita Federal, conforme Art. 9º, § 8º, da IN RFB nº 1.643, de 23/06/2016.

Informamos que nesse momento de pandemia, esse tipo de pedido está sendo enviado através do atendimento por e-mail corporativo.

Entidades gaúchas lançam Frente em Defesa do Serviço Público



Na segunda-feira (1º/3), diversas entidades representativas de trabalhadores e servidores públicos federais, estaduais e municipais do Rio Grande do Sul lançaram, em parceria com a União Gaúcha em Defesa da Previdência, a Frente Gaúcha em Defesa do Serviço Público que possui, como um dos coordenadores, o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero.

O grupo tem por objetivo a luta por um serviço público de qualidade, um melhor atendimento à população e a defesa das prerrogativas dos servidores, tendo como atual foco o estabelecimento de estratégias de enfrentamento à Reforma Administrativa e à PEC Emergencial.

O encontro virtual obteve quórum de mais de 50 pessoas, contando com a participação especial do senador Paulo Paim

(PT-RS), que, ao se pronunciar, definiu as propostas como “equivocadas”, “atrasadas” e “maldosas”. “Cumprimento os movimentos sociais e todas as entidades que se encontram atuantes neste momento tão importante. Quero deixar registrado todo o meu apoio na defesa do serviço público de qualidade, que está ameaçado a retroceder ao cenário anterior à Constituição de 88. A luta dos servidores públicos é a luta da população. Vida longa aos servidores. Vida longa à democracia. Vamos em frente!”, expressou Paim.

Após todas as exposições, incluindo a de Leonardo Ribeiro, assessor do senador Lasier Martins, e a de Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), a União Gaúcha deu continuidade à análise conjuntural e à elaboração do material substitutivo às PECs.